

CPI - orçamento

COLUNA DO CASTELLO

MARCELO PONTES

O mapa da corrupção e a espera da Justiça

Aos poucos, a cada exame de lupa nas contas bancárias dos suspeitos, ou a cada depoimento na CPI do Orçamento e na Polícia Federal, vai sendo desenhado o assombroso mapa da corrupção no Brasil, que começou a ser confeccionado há um ano e meio com as primeiras denúncias contra o governo Collor.

Não se sabe em que precisamente tudo isso vai dar. Aliás, é a pergunta que mais se ouve hoje em dia: quem sobrará nessa história? Mas de uma coisa já não se pode ter dúvida: nunca se fez no país um levantamento tão amplo de tantas ramificações de redes ou esquemas de corrupção.

É uma radiografia detalhada das relações promíscuas entre a administração pública e empresários, dos enriquecimentos ilícitos, do tráfico de influência e, principalmente, da cobrança descarada de propinas para a programação de obras públicas e para a liberação das verbas necessárias à sua execução.

De todos os ângulos em que esse monstro de sete cabeças é examinado, tem-se já uma visão detalhada do assalto aos cofres públicos. O país começa a saber com riqueza de detalhes quem, onde e como se rouba o dinheiro do contribuinte.

O Congresso está expondo as suas entranhas. Não poupa do vexame das investigações as figuras notáveis apontadas como envolvidas no escândalo da Comissão de Orçamento. A vida particular de um numeroso grupo de homens públicos está sendo escarafunchada com ajuda de auditores do Banco Central, da Receita Federal e do Tribunal de Contas da União. Não sobrará pedra sobre pedra dos monumentos de falsa reputação construídos pelos políticos desonestos que transformaram em esconderijo de quadrilha as salas da Comissão de Orçamento do Congresso.

No Executivo, já se tem a pista das conexões com a roubalheira da Comissão de Orçamento. É só aprofundá-las para completar essa ponta do mapa da corrupção. O tal Conselho Nacional de Seguridade Social, responsável pelo cadastramento de 18 mil entidades de caráter filantrópico, é uma mina de ouro para as investigações. Basta seguir cada uma das trilhas do cadastro para conhecer detalhes vergonhosos de desvio de dinheiro do contribuinte, ressaltadas, naturalmente, as exceções da filantropia não *pilantrópica*.

Orastreamento está

chegando aos governos estaduais. Por enquanto, provoca tremores no Distrito Federal e em Sergipe. São ramais da corrupção federal. A corrupção estadual é outro longo capítulo a escrever. As Assembleias Legislativas também têm as suas comissões de orçamento. No regime federativo, os modelos se repetem de cima para baixo.

As empreiteiras estão aí com as suas obras conhecidas, os seus livros abertos. Mais do que isso: há confissões de contribuições dadas aos políticos. É o verso do mapa, o lado do corruptor. Estimando um pouco mais a corda, é possível traçar o roteiro do dinheiro que sai de uma empreiteira para a conta bancária de um deputado, senador ou governador.

O Brasil está virando aos poucos uma grande CPI. As investigações vão se repetir em cadeia em todos os escalões, porque há uma força maior a empurrá-las: a consciência coletiva de que chegou a hora de dar um basta nisso tudo. A capacidade de indignação de espectadores até há pouco tido como apáticos e desesperançados reacendeu.

Há, entretanto, um enorme e preocupante fosso a separar essa cruzada da vontade de encerrar uma era de impunidade: a lentidão da Justiça. Todos, em todos os escalões, estão cumprindo a sua parte — o Legislativo, o Executivo, a imprensa, as entidades representativas da sociedade. Qual o papel da Justiça até agora?

Em que pese o empenho de jovens juizes e promotores e presidentes de alguns Tribunais, não há como se fugir da constatação de que, desde o estouro do Caso PC-Collor há um ano e meio, o único saldo proporcionado pela Justiça até agora foi a prisão de uma secretária, que já não está mais presa, e a decretação da prisão preventiva de PC Farias em circunstâncias pouco animadoras. A maneira como a prisão foi anunciada permitiu a fuga de PC. A juíza Denise Frossard foi mais competente. Fez com que todos os grandes banqueiros do jogo do bicho aparecessem à sua frente e mandou trancafiá-los.

O pior é que, sem uma ação mais rápida e incisiva da Justiça, não há como recuperar as fortunas desviadas. Por enquanto, o único dinheiro resgatado, até agora, foram os impostos que as empreiteiras envolvidas no Esquema PC haviam sonegado e correram a pagar à Receita Federal. É muito pouco para o tamanho da rapina.